



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2026

Secretaria de Estado de Educação

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Assegurar a educação, como direito de todos, na forma estabelecida nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei do Conselho Estadual de Educação – Sistema Estadual de Educação.

Inciso VI do art.12 da LDO nº 11.141 de 05/09/2025

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 400, de 30 de agosto de 1951.	Cria a Secretaria de Estado de Educação e Cultura.
Lei nº 6.170 de 15 de dezembro de 1998.	Regulamenta o Sistema Estadual de Ensino do Pará e dá outras providências.
Lei nº 6.432, de 3 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria Executiva de Estado de Educação, e dá outras providências.
Lei nº 7.131, de 24 de abril de 2008.	Dispõe sobre a remuneração de Secretário-adjunto e dá outras providências.
Lei nº 7.442, de 2 de julho de 2010.	Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Estadual e dá outras providências.
Lei nº 7.643 de 12 de julho de 2012.	Dispõe sobre a alteração de artigos na Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do estado do Pará e na Lei nº 7.047, de 19 de outubro de 2007, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, e dá outras providências.
Lei nº 8.030, de 21 de julho de 2014.	Dispõe sobre a jornada de trabalho e as aulas suplementares dos professores da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, de que tratam os arts. 35 e 28 da Lei nº 7.442, de 2 de julho de 2010.
Lei nº 8.096, de 01 de janeiro de 2015.	Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa e vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual.
Lei nº 9.104, de 14 de julho de 2020.	Altera a Lei no 6.170, de 15 de dezembro de 1998, a Lei no 7.017, de 24 de julho de 2007, e a Lei no 8.096, de 1º de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2026

Secretaria de Estado de Educação

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Assegurar a educação, como direito de todos, na forma estabelecida nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei do Conselho Estadual de Educação – Sistema Estadual de Educação.

Inciso VI do art.12 da LDO nº 11.141 de 05/09/2025

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 9.322, de 06 de outubro de 2021.	dispõe sobre remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do estado do Pará, acrescenta o art. 32-a à lei nº 7.442, de 2 de julho de 2010, altera a lei nº 8.030, de 21 de julho de 2014 e revoga dispositivos da lei nº 5.351, de 21 de novembro de 1986, e da lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010.
Lei nº 9.867, de 13 de março de 2023.	Institui o Programa Alfabetiza Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em regime de colaboração com os municípios do Estado do Pará.
Lei nº 9.890, de 13 de abril de 2023.	Cria e estrutura as Carreiras de Gestão Governamental, Infraestrutura e Política Educacional e Gestão em Suporte Educacional na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); altera a Lei Estadual nº 7.442, de 2 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará.
Lei nº 9.900, de 2 de maio de 2023	Institui o programa escola segura e cria o núcleo de segurança pública e proteção escolar, no âmbito da secretaria de estado de educação (SEDUC).
Lei nº 9.901, de 3 de maio de 2023.	Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); revoga a lei estadual nº 6.620, de 7 de janeiro de 2004, a lei estadual nº 7.107, de 12 de fevereiro de 2008, e dispositivos da lei estadual nº 8.096, de 1º.01.2015.
Lei nº 9.986, de 6 de julho de 2023.	Institui os critérios técnicos de mérito e de desempenho para investidura na função de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense; altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 9.901, de 3 de maio de 2023; e revoga a Lei Estadual nº 7.855, de 12 de maio de 2014.
Lei nº 9.981, de 6 de julho de 2023.	Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual nº 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará.
Lei nº 9.978, de 6 de julho de 2023.	Cria o Programa Dinheiro na Escola Paraense, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).